

A Extensão Rural está morta? Uma perspectiva a partir da inserção do assistente social na “Área Social”

Is it rural extension dead?

A perspective from the insertion of the social worker in the “social area”

**José Carlos do Amaral Júnior¹
Caroline Becher²**

RESUMO:

Esse artigo buscou analisar a formação da “área social” na extensão rural pública oficial brasileira, especificamente, se tratando da atuação dos assistentes sociais, e de que forma sua configuração atual pode auxiliar tanto na construção de um diagnóstico quanto na condução de um processo de transformação dessa política pública. Por meio de um estudo bibliográfico documental, foi possível perceber que a “área de bem-estar social” é marcada pela herança do modelo trazido dos EUA, confundindo seu projeto de educação doméstica com a proposta mais ampla da Economia Doméstica. Dessa maneira, foi consolidada a partir de fundamentos assistencialistas, fatalistas, eugenistas e moralizantes. Constatou-se ainda que, mesmo com as sucessivas mudanças de abordagem da extensão rural a partir dos anos 1970, a “área social” continuou seguindo um formato de educação doméstica conservadora, que se desdobra hoje em outras profissões, como o Serviço Social. Assim, para superar o declínio que essa prática representa na atualidade para a política pública em questão, é necessário romper com a reprodução de uma área de atuação baseada nos elementos da Pedagogia do Doméstico.

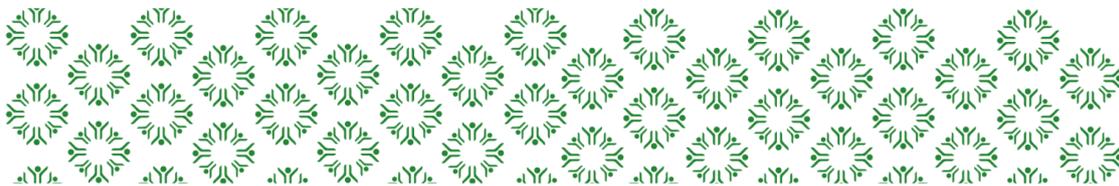
Palavras-chave: política pública; questão agrária; pedagogia do doméstico; extensão rural.

ABSTRACT:

This article sought to analyze the formation of the “social area” in the official Brazilian public rural extension, specifically regarding the performance of social workers, and how its current configuration can help both in the construction of a diagnosis and in the conduction of a process of transformation of this public policy. Through a documentary

¹ Economista Doméstico no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná- IDR-Paraná. Pós- Doutorado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

² Assistente Social no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR- Paraná . Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).



bibliographic study, it was possible to perceive that the “social welfare area” is marked by the legacy of the model brought from the USA, confusing its domestic education project with the broader proposal of Home Economics. In this way, it was consolidated based on welfarist, fatalist, eugenic and moralizing foundations. It was also found that, even with successive changes in the approach to rural extension from the 1970s onwards, the “social area” continued to follow a conservative domestic education format, which today unfolds in other professions, such as Social Work. Thus, to overcome the decline that this practice currently represents for the public policy in question, it is necessary to break with the reproduction of an area of activity based on the elements of Domestic Pedagogy.

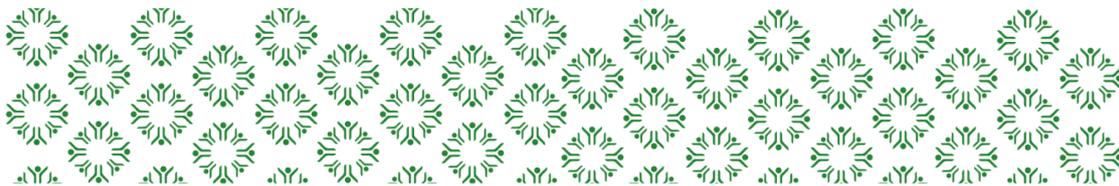
Keywords: *public policy; agrarian question; domestic pedagogy; rural extension.*

Introdução

Esse artigo busca apresentar uma análise sobre a “área social” na extensão rural pública oficial no Brasil, seus desdobramentos históricos e sua situação atualmente, especificamente a partir da atuação dos assistentes sociais. Isso porque, trazida ao Brasil enquanto prática já consolidada a partir dos moldes da experiência estadunidense – embora não sem suas adequações no modelo de importação – a marca oficial estava, como bem argumenta Fonseca (1985), na “equipe paritária” composta por um homem, geralmente vinculado ao que se convencionou chamar “área técnica”, e uma mulher, ao que historicamente se demarcou como “área de bem-estar social”. A divisão claramente ideológica entre espaço doméstico e produtivo, entre lugares de homens e de mulheres, entre espaços de intervenção masculinos e femininos, foi uma constante histórica da extensão rural desde sua origem, reverberando no modelo implementado no Brasil.

A proposta extensionista de uma intervenção educativa planejada para a família do campo com características “holísticas” e “interdisciplinares”, sempre foi, desde sua gênese, erigida a partir de uma visão de mundo funcionalista, cristã, liberal e conservadora. Demonstramos já anteriormente³ que a extensão foi resultado histórico de um complexo específico que se consolidou nos EUA do século XIX, e que, por isso, não ocasionalmente sua estruturação técnico-ideológica se deu em torno de dois

³ Amaral Junior (2020b)



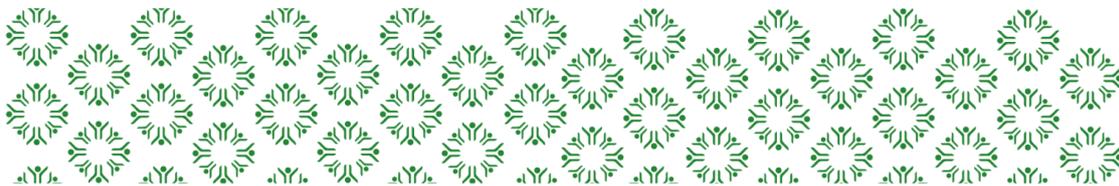
elementos centrais: o funcionalismo em torno das atribuições dos gêneros e a noção de progresso tecnológico e mudança de hábitos e costumes para a transformação social.

Olhando especificamente o recorte brasileiro, e alertando para que estamos nos referindo à extensão pública oficial⁴ – aquela que se configura como política pública – é notório que esse modelo importado de solos estadunidenses, embora não sem adequações grosseiras, foi mantido na versão trazida ao Brasil. Está bem descrito já em Fonseca (1985), Peixoto (2008), Rodrigues (1997), Lopes (1995), Pinheiro (2016), Callou (2006) e outros trabalhos essa trajetória de implementação da extensão rural pública oficial. O que nos importa, ao recorte dado, é a particularidade que assume a “área de bem-estar social” desde a década de 1950 na extensão rural brasileira, e como ela se apresenta, dialeticamente, tanto como sintoma agudo do esgotamento da prática extensionista, quanto como potencialidade de sua reestruturação enquanto política pública. É sobre essa problemática que, brevemente, nos dedicaremos nesse artigo, formulado a partir de uma análise bibliográfico-documental dos trabalhos que versam sobre o tema.

Quando a “educação doméstica” encontrou o “saber técnico agrário”

Antes de se prosseguir com um esboço histórico de como se consolidou a “área de bem-estar social” é preciso uma breve digressão. Pode parecer incoerente metodologicamente analisar a extensão rural justamente por sua parte que, no curso da história, sempre foi secundária, subalterna e acessória. A “área social” na extensão rural surgiu, não ocasionalmente, como uma herança direta da Economia Doméstica, (AMARAL JUNIOR, 2020b). As “extensionistas de bem-estar social” sempre carregaram a marca de uma ciência “menor”, subalterna às ciências agrárias, acessória ao real epicentro da prática da extensão rural: a agronomia, a veterinária e a zootecnia, abrangendo suas especializações e derivações. Esse é um reflexo direto não só do campo de conhecimento a partir da qual se consolidam as ações da área – a Economia Doméstica – mas também da perspectiva modernizadora funcionalista que a extensão

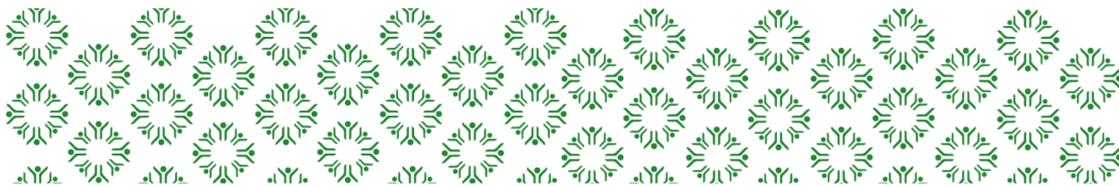
⁴ Esse artigo versa especificamente sobre uma análise da ATER Pública, aquela preconizada e executada pelo Estado diretamente.



rural preconizava e, em sua totalidade, comportava bem uma divisão de gênero baseada na subalternidade feminina. No entanto, nas últimas duas décadas (2000-2010), mesmo diante dos eventos adversos que se sucederam com o desmonte do sistema público de extensão rural a partir dos anos 1990, os sinais de reordenamento do fazer extensionista enquanto política pública demonstraram estar, paradoxalmente, ligados ao movimento mais abrangente de focalizar as políticas agrárias, cada vez mais, em ações de combate à pobreza sob uma diversidade de eufemismos que remetem ao “fazer social”.

Lustosa (2012) demonstra como o “alvorecer” dos anos 1990 significou, de uma só vez, uma redução das políticas agrárias mais holísticas a escassos financiamentos públicos (de terra, equipamentos, insumos etc.) e as ações de redução da pobreza no campo. Uma perspectiva paliativa de atuação que deu sobrevida aos estratos da extensão rural, principalmente a partir da adoção da categoria “agricultor familiar”. O que ocorreu, portanto, foi um pontual retorno do “social” para a extensão rural, ora sob a perspectiva de combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional, ora sob o formato dos programas de transferência de renda.

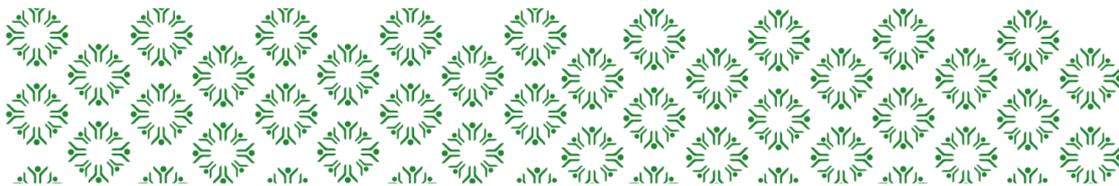
A extensão rural em si mesma é, como argumentado em Alves e Amaral Junior (2022), uma negação da escola aos sujeitos do campo, reflexo direto de um Estado que sempre entendeu o rural como o lugar do atraso e do arcaico, em que só poderia tomar forma um processo de modernização realizado pelo próprio capital. As políticas sociais, massivamente, são pensadas e implementadas a partir de uma realidade dos territórios urbano-industriais que sempre deixou o campo brasileiro historicamente à margem. Sobra ao rural uma simplificação grosseira de tudo que era, embora em situações precárias também, oferecido ao urbano: no lugar de educação formal no campo, políticas de saúde, trabalho e renda e uma cobertura da assistência social, o Estado ofereceu tão somente uma combinação bastante precária de crédito supervisionado, assistência técnica e educação doméstica (ALVES; AMARAL JUNIOR, 2022). Educação doméstica que é, desde sua origem, uma simplificação grotesca de diversos campos disciplinares e ao mesmo tempo culpabilizava as famílias por suas mazelas (e, consequentemente, justificava e naturalizava a ausência do Estado no rural).



Embora a extensão rural no Brasil tenha assumido inicialmente um caráter mais difuso e de mudanças generalistas de hábitos e costumes, como demonstram Fonseca (1985) e Rodrigues (1997), mantendo as ciências agrárias como seu núcleo aglutinador, esse primeiro momento não só comportou, como fomentou a difusão da educação doméstica enquanto perspectiva de intervenção no campo. Foi a partir da implantação oficial gradativa dos escritórios técnicos de extensão rural pelos estados brasileiros que os cursos preparatórios e de formação em Economia Doméstica ganharam forma no Brasil, convergindo abruptamente a capilaridade da extensão rural pública oficial com a abertura de turmas e cursos em Economia Doméstica (PINHEIRO, 2016).

Esses dados históricos demonstram que, longe de simples conjectura, os moldes de uma intervenção genérica com as famílias no campo não poderiam mesmo seguir os modelos já em construção para o contexto urbano-industrial. Está demonstrado em Amaral Junior (2021), por exemplo, como é sintomático que, mesmo existindo já na década de 1950 escolas de formação em Serviço Social no Brasil, a extensão foi trazida com a marca ideológica que demandava, necessariamente, para a atuação de uma outra categoria profissional, mais próxima da realidade agrária e ao mesmo tempo dos moldes ideológicos da modernização no campo tal como ocorreu nos EUA. Por isso, pode-se afirmar com certa segurança que a imagem geral da extensão rural é, sem dúvidas, a de uma intervenção planejada que embora tenha seus alicerces no conteúdo técnico-agrário, pressupõe em alguma medida um cabedal de ações complementares que “auxiliam” nas mudanças de hábitos e costumes pretendidos. A extensão rural deveria mudar não só a forma arcaica que se produzia no campo, mas também a mentalidade do sujeito do campo (FONSECA, 1985).

Mas é sabido também que esse formato de extensão rural, a que Rodrigues (1997) muito assertivamente nomeou de humanista assistencialista, sofreu alterações já a partir de meados dos anos 1960. Primeiro, porque os resultados eram considerados pelos acordos de cooperação – e vale lembrar aqui que a extensão rural foi inicialmente implementada por meio de parcerias público-privadas com interferência direta de instituições estadunidenses – insuficientes em função dos investimentos feitos.

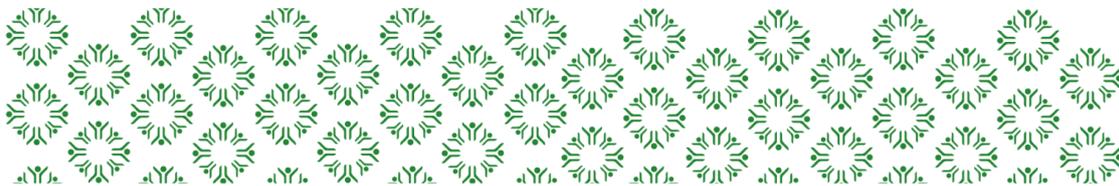


Segundo, porque com a emergência do que se demarca como Revolução Verde, coincidindo com o avanço do capital internacional catalisado pelo regime autocrático burguês, a perspectiva para intervenção no campo abandonou gradativamente a noção de “mudanças de hábitos e costumes”, para focalizar-se na implementação de mudanças tecnológicas capazes de aumentar a capacidade produtiva de culturas com valor no mercado mundial (PEIXOTO, 2008; RODRIGUES, 1997). Daí em diante a extensão se remodelou massivamente em torno de determinado produtivismo, abandonando pelo caminho seu adendo histórico de contemplar também uma educação doméstica – mas sem extirpá-lo por completo.

O saber técnico das ciências agrárias ficou, a partir dos anos 1970, sacralizado como receita unívoca para o progresso do campo brasileiro, cujo o *superávit* alcançado no crescimento da comercialização das *commodities* era argumento mais do que suficiente (RODRIGUES, 1997). Foi nesse contexto, inclusive, que Paulo Freire (2018) direcionou suas duras críticas ao fazer extensionista enquanto forjado sob a perspectiva educativa. O autor sustenta, com assertividade, como a emergência do componente técnico na extensão promoveu um verdadeiro processo de “invasão cultural”, que se, já não era perceptível nas primeiras décadas de extensão brasileira, tornou-se muito contundente pós-Revolução Verde. A família se deslocou de objeto de intervenção, e passou a figurar tão somente uma “variável de produção”, daquela que passa a ser o novo objeto da extensão rural: a produção de culturas específicas (AMARAL JUNIOR, 2020b).

A “área social”, que quase não chegou a se consolidar na prática extensionista em suas primeiras décadas de existência, passou a subsistir dentro das agências de ATER⁵. Pressupõe-se que sua sobrevivência tenha ocorrido por uma confluência de fatores, como, por exemplo, a manutenção de um discurso educativo para o fazer extensionista; o caráter terapeuta-ocupacional de uma “educação doméstica” como complemento do trabalho técnico; e a necessidade de se manter, mesmo que de maneira pulverizada, algum gerenciamento dos problemas comunitários pela perspectiva do Desenvolvimento de Comunidades.

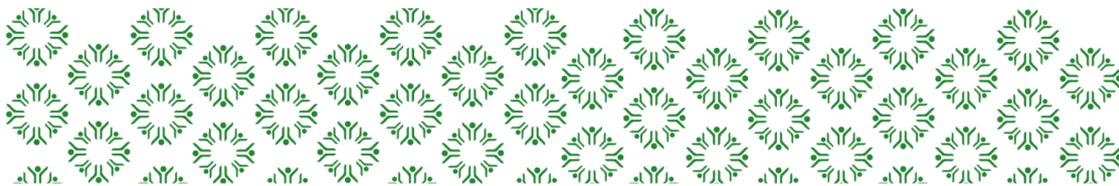
⁵ Assistência Técnica e Extensão Rural.



A partir dos anos 1990, no entanto, a extensão rural passou a encarar um cenário substancialmente diferenciado para sua objetivação. O avanço da ofensiva neoliberal, que coincidiu com o processo de “redemocratização”, não tardou para sucatear e desmontar o sistema de extensão rural nacional que vinha se consolidando desde então, significando, como demonstrado em Sepulcri e Paula (2008), uma redução de até 40% dos recursos destinados à ATER pública. Acompanhando esse processo, a consolidação histórica das agências de extensão públicas em formatos distintos de responsabilidade dos estados acelerou, frente à abrupta queda de recursos federais, o sucateamento das agências.

Esse desmonte acompanhou, em certa medida, também uma gestão interna da “crise extensionista”, como argumenta Callou (2006), o esgotamento do funcionalismo presente na abordagem difusionista fez emergir uma linha pós-freireana que, justamente no cenário de críticas duras feitas à extensão e enfraquecimento da política desenvolvimentista, buscou estabelecer um “novo projeto” para a ATER pública. Conforme demonstra o autor, esse projeto de renovação logrou poucos êxitos, representando mais um reordenamento discursivo das práticas do que um rompimento real com os modelos pretéritos. O cenário de crise e redesenho, no entanto, fez adentrar à prática extensionista uma gama de referenciais diversificados, valendo-se de um conjunto de leituras da realidade – e as políticas públicas consequentemente pensadas a partir de cada uma delas – que passaram a consolidar um perfil “projetificado” de atuação das agências.

Isso ocorreu, por exemplo, com a adoção de projetos, conceitos e categorias ligados aos órgãos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU), aqueles firmados com empresas privadas, a perspectiva de pluriatividade rural etc. Uma dessas incursões se fez central e notória: a emergência da categoria agricultura familiar, que passou a orientar todo o processo de redefinição da ATER pública oficial. Mas, apesar de seu peso, é importante ressaltar que a inovação na extensão rural pública ocorreu sempre à margem do que se observava no terceiro setor, aproximando-se da categoria por conveniência (DIAS, 2007). Como demonstra o autor, a inclinação da ATER pública ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura



Familiar (PRONAF⁶) foi conveniente na medida em que os projetos se tornaram novas peças técnicas para a liberação de recursos.

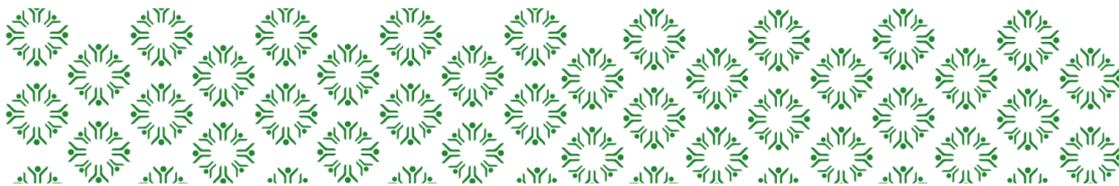
A discussão, portanto, teórica e ideológica em torno das categorias campesinato e agricultura familiar também ficou à margem das agências extensionistas. Isso porque, já velha herdeira da tipificação idealizada do “*farmer*” estadunidense, a emergência da agricultura familiar reforçou uma perspectiva de integração dos sujeitos do campo à lógica do capital, mantendo um *continuum* na leitura que a prática extensionista fazia sobre o rural (AMARAL JUNIOR, 2020b). Mais afetos historicamente a essa perspectiva, os extensionistas e as agências de extensão converteram-se rapidamente na defesa do “paradigma do capital agrário”, para a qual a leitura de Abramovay (2012) se apresenta como fiel ilustração da interpretação adotada para o campo e seus sujeitos.

As mudanças ocorridas após a década de 1990 resultaram em uma nova configuração das agências extensionistas que, ávidas por recursos e sem orientação ideológica central, passaram a recorrer aos distintos atores sociais em suas parcerias. Disso resultou um cenário de atuação que permite a coexistência de projetos, ideais e ações contraditórias, por exemplo, a manutenção de um portfólio de atuação próximo dos grandes conglomerados privados de defensivos e maquinários agrícolas, e a inserção dos “públicos especiais”⁷ e de uma atuação agroecológica.

Tudo isso ocorreu de forma concomitante com o fenômeno que Lustosa (2012) descreve como de completo abandono na formulação de políticas agrárias efetivas, que passam a ser substituídas lentamente por uma financeirização – via crédito – da reforma agrária, e por uma “focalização” via política social. Segundo a autora, essa guinada às políticas sociais ocorreu pela via branda das formulações que ocorreram, sobretudo, fomentadas por referenciais fragmentados e incompletos, e por instituições ideologicamente alinhadas à reprodução do capital.

⁶ O PRONAF tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, política pública que ganhou forma na última década dos anos 1990.

⁷ Os povos e comunidades tradicionais passaram a aparecer lentamente na abordagem das agências de extensão, ora como reflexo de proximidade com as agências multilaterais internacionais, ora como investida pontual para cooptação de recursos de outras políticas setoriais que passaram a ser formuladas, principalmente, após da Constituição de 1988.

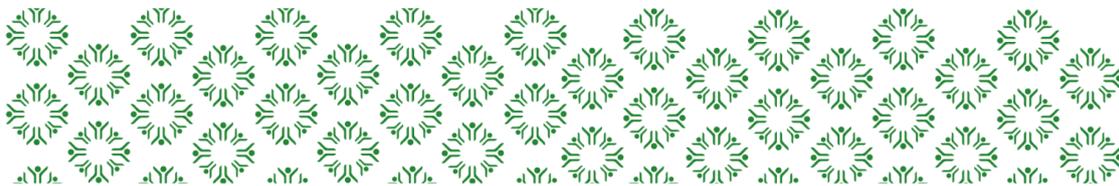


A partir de meados dos anos 1990 é possível observar um aparente movimento de “reorganização” da ATER pública, que vai atingir seu apogeu com a formulação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER). Esses instrumentos de mediação da administração pública aparecem de um imbróglgio peculiar entre, como demonstra Dias (2007), a perspectiva central de vários extensionistas do Rio Grande do Sul, e a necessidade urgente de redirecionamento e inovação da ATER pública.

Regressamos ao que chamamos na parte introdutória dessa seção de “faísca” que coloca à ordem do dia da extensão rural pública as pautas sociais. O cenário pós-1990, cuja combinação de desmonte do sistema brasileiro de extensão rural, aproximação com múltiplos atores e transformação das políticas agrárias em políticas sociais focalizadas é salutar, reacende a necessidade de, mesmo ainda sendo prevalente o escopo técnico das ciências agrárias, repensar a extensão rural a partir de áreas de atuação mais diversas. É nesse bojo que a política pública volta a recrutar os “profissionais da área de bem-estar social”, cobertos por uma lógica extensionista diversa e por um cenário substancialmente diferente daquele em que a área teve seu apogeu na década de 1950.

Economia Doméstica, Serviço Social e a (re)emergência de uma Pedagogia do Doméstico

A “área de bem-estar social”, como já demonstrado anteriormente, teve historicamente na extensão rural a marca da educação doméstica, mesmo que empiricamente não tenha sido necessariamente conduzida apenas por economistas domésticas formadas na área. Lopes (1995) demonstra como a extensão rural teve dificuldades em suprir na década de 1950 as vagas destinadas às mulheres extensionistas, o que desencadeou um processo atropelado e pouco estruturado de abertura de turmas de Economia Doméstica em todos os níveis. Há documentado que profissionais de outras áreas, como a Pedagogia e o Serviço Social, ingressaram nos projetos e agências de ATER nesse primeiro período da extensão rural brasileira (1950-1965) e mesmo no ápice do projeto difusionista (1970-1990). No entanto, a prioridade

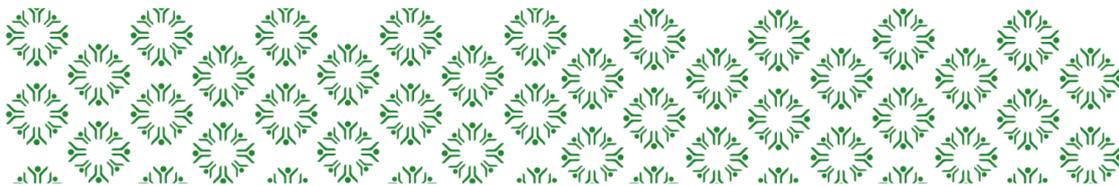


sempre foi contratar economistas domésticas, pelo viés ideológico que a formação dessas profissionais representava para a consolidação do modelo extensionista trazido dos EUA (AMARAL JUNIOR, 2020b).

A presença de outras formações da área de ciências humanas e sociais no quadro de “bem-estar social” das agências pode ter uma série de fatores causais. Mas, estima-se que alguns são os principais para explicar essa inserção fora dos padrões: a escassez, sazonal ou permanente de economistas domésticas; a formação das profissionais após a contratação, já que era também comum contratar profissionais da área com exigência única de ensino médio completo, o que deixava “livre” para que essas mulheres, já extensionistas, cursassem o ensino superior nas áreas de seu interesse ou imediatamente mais disponíveis – desde que alinhadas ao seu trabalho; e a adoção do Desenvolvimento de Comunidades enquanto método para a extensão rural, cujo alinhamento é notório no período desenvolvimentista, conforme demonstra Ammann (2013), mas se manteve na parceria com diversas instituições mesmo após a década de 1980, a exemplo do Banco Mundial.

Isso quer dizer que, embora a formação profissional do que se convencionou chamar de “área de bem-estar social” não tenha sido exclusivamente marcada pela Economia Doméstica, por outro lado, a consolidação ideológica de um “projeto social” para a ATER esteve, desde sua gênese, atrelada à educação rural doméstica (AMARAL JUNIOR, 2020b). Está também demonstrado nesse trabalho como essa proposta educativa emergiu historicamente a partir do movimento estadunidense de “pedagogização” do cotidiano doméstico, e encontrou na extensão rural vetor de excelência para se difundir – sobretudo na realidade pujante pós-*Morril Act* (UNITED STATES, 1862) e eventos do final do século XIX, que resultaram em expressivas modificações na dinâmica rural daquele país. Isso nos obriga a dizer que, embora a Economia Doméstica nunca tenha atingido maturidade profissional para se tornar homogênea na extensão rural, o projeto de “bem-estar social” extensionista sempre foi, desde os anos 1950, um projeto atrelado às “Ciências Domésticas”⁸.

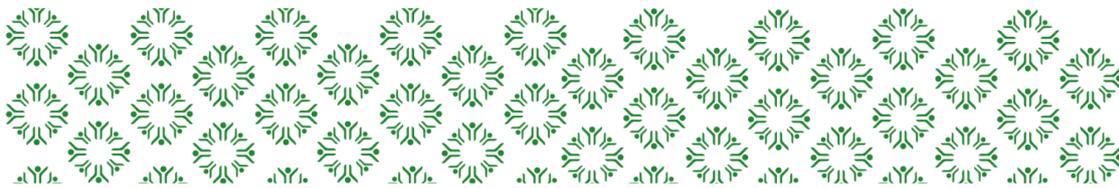
⁸ A área disciplinar oscilou entre os termos *Domestic Economy* e *Home Economics*, tendo assumido no Brasil ora o título de Economia Doméstica, ora o título de Ciências Domésticas.



O projeto de educação doméstica preconizado pela extensão rural, portanto, consolidou historicamente a genericidade, a eugenia, o funcionalismo, o liberalismo, o fatalismo e a vocação messiânica contidas no projeto da Economia Doméstica. Mesmo que realizado apenas por mulheres que haviam cursado até o ensino médio ou se formado em outras áreas. Isso significa, necessariamente, que a “área de bem-estar social” se erigiu pelos moldes da Economia Doméstica, seguindo-os mesmo quando a área disciplinar havia oficialmente se esgotado no Brasil (AMARAL JUNIOR, 2020b). Esgotamento esse que, embora tenha ocorrido em solo brasileiro oficialmente apenas em 2016, já era datado nos EUA desde a década de 1950, com o fechamento massivo de escolas e cursos de Economia Doméstica.

O Serviço Social ingressa nesse cenário por três vias, sendo uma delas mais secundária e as outras, de forma imbricadas, mais determinantes: a primeira delas, de lugar menos representativo, é a via do Desenvolvimento de Comunidades. Ammann (2013) demonstra como o método foi importante para consolidar, duplamente, uma perspectiva desenvolvimentista para os projetos sociais e uma abordagem metodológica a diversos espaços socio-ocupacionais do Serviço Social. Antes da implementação oficial da extensão rural no Brasil, proliferaram nas décadas de 1930 e 1940 as chamadas “missões rurais”, cuja marca era quase sempre da abordagem pelo Desenvolvimento de Comunidades. Nessa via, sobraram resquícios de espaços socio-ocupacionais que, por inferência do método, não eram necessariamente da Economia Doméstica. Por outro lado, a aproximação do Serviço Social com os espaços socio-ocupacionais da “área social” extensionista ocorreu também por outras duas vias mais intensas: no campo da totalidade, com a aproximação acadêmica da Economia Doméstica, enquanto área em declínio e extinção desde os anos 1980, com o Serviço Social.

Está demonstrado em Amaral Junior (2021) como os últimos cursos de Economia Doméstica ainda em funcionamento no Brasil tenderam a se aproximar do Serviço Social, incluindo-se aí a pós-graduação e a “transformação” das graduações ofertadas em novos cursos de bacharelado em Serviço Social. Já no campo da particularidade, entende-se também que todos os eventos já descritos anteriormente que modificaram

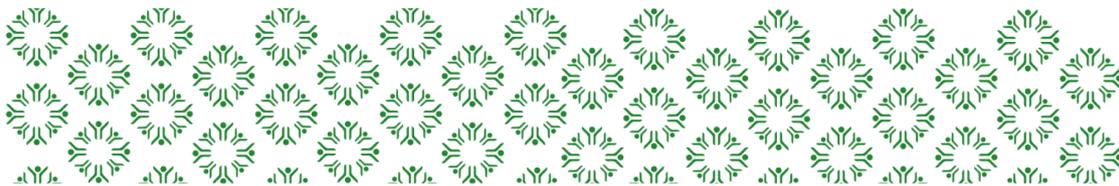


a ATER pública a partir dos anos 1990 coadunaram com a emergência de um cenário mais direcionado às políticas públicas, em especial às políticas sociais, que colocam na ordem do dia a demanda de profissionais que, por tradição, tivessem experiência acumulada nesse campo. Daí, presume-se, já atrelado ao movimento de aproximação acadêmica entre Economia Doméstica e Serviço Social, os espaços socio-ocupacionais da extensão rural passaram a ser entendidos, também, como potenciais vagas para assistentes sociais (AMARAL JUNIOR, 2021).

Ocorre, então, uma retomada da extensão rural à Pedagogia do Doméstico que historicamente havia fomentado, agora pautando-se em uma leitura mais dinâmica e densa dos fenômenos sociais, embora metodologicamente pouco afastada do projeto original. Trata-se de uma retomada pois, como demonstra Pinheiro (2016) e Amaral Junior (2021), o projeto de uma educação rural doméstica ficou secundarizado e subalternizado por mais de duas décadas, enquanto prevalecia o difusionismo produtivista na extensão rural, o que suspendia, por consequência, uma atuação pedagógica extensionista no doméstico.

A Pedagogia do Doméstico consiste em um movimento de pedagogização da vida cotidiana atrelada ao ambiente doméstico, tendo base principalmente nas ciências biológicas, visando uma perspectiva racionalizadora e higienista do trabalho e vida doméstica (AMARAL JUNIOR, 2021).

O movimento de transposição entre os perfis históricos desses agentes pedagógicos ainda é pouco estudado, apresentando dificuldades em se afirmar que o recrutamento de assistentes sociais, de fato, representa uma quebra de paradigma do projeto educativo veiculado pela extensão rural. Está demonstrado também em Amaral Junior (2020b), em estudo realizado considerando a extensão rural pública do estado do Paraná, como foi recentemente adotada a contratação de profissionais do Serviço Social, embora sob a forte influência das vagas desenhadas para a Economia Doméstica. Esse trabalho revela como também, a mercê de um método desestruturado para a “área social”, os assistentes sociais se deparam com demandas de atuação que estão muito distantes – quando não em conflito – com sua proposta formativa. Há registros de assistentes sociais extensionistas que, no bojo de suas atribuições e contradições

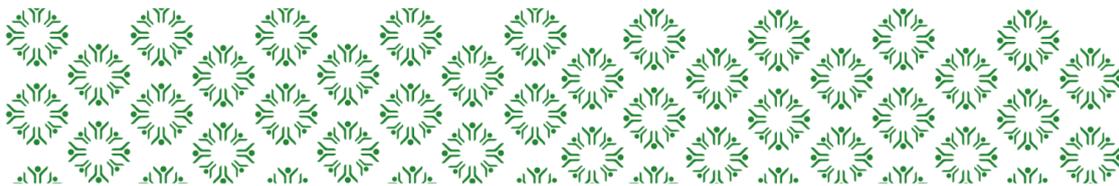


institucionais, promovem ações como o repasse de receitas domésticas, promovem e ministram cursos de artesanatos e auxiliam na construção de planta produtiva de agroindústrias (AMARAL JUNIOR, 2021, 2020b).

Herança de uma educação doméstica genérica, abrangente, semiterapêutica, paliativa, pulverizada e sem compromisso com uma leitura crítica da realidade. Ao passo que, não observamos a incidência de projetos estratégicos, por parte da ATER, ligados aos direitos sociais da população do campo, lutas e movimentos sociais do campo, ou seja, os profissionais da área encontram-se em constante conflito com o que é preconizado no projeto ético-político-profissional e, a forma histórica de atuação da ATER que não prioriza a atuação junto aos movimentos sociais, à luta pelos trabalhadores rurais pela terra.

Existe um equívoco em desvincular teoria e prática, mesmo que seguramente existe uma relação entre elas, uma dependência mútua. São elementos que se completam, culminando em uma intervenção profissional instrumentalizada. Para tanto, mostra-se enquanto caminho desafiador para a categoria profissional reconhecer as contingências históricas, tanto da questão agrária quanto da extensão rural, em sua totalidade e, nelas, as demandas profissionais provenientes da classe trabalhadora e dos fenômenos sociais existentes no campo. Entretanto, o que tem ocorrido na ATER é um movimento inverso, persistindo uma análise parcial, fragmentada e imediatista da realidade, afastando-se cada vez mais da discussão sobre os determinantes sociais e as articulações dialéticas entre eles - por mais que os avanços na construção a PNATER tenham tentado consolidar um projeto de releitura da extensão rural (AMARAL JUNIOR, 2020b).

Pensar em como os assistentes sociais são historicamente recrutados a partir de um reordenamento do projeto de educação rural doméstica extensionista requer, necessariamente, entender o Projeto Ético-Político enquanto instrumental norteador de um projeto societário que orienta o agir profissional. Se focalizamos os desvios que os extensionistas assistentes sociais fazem do Projeto a partir de sua atuação na política de extensão, conseguiremos demonstrar que o jogo de forças entre a prevalência de um

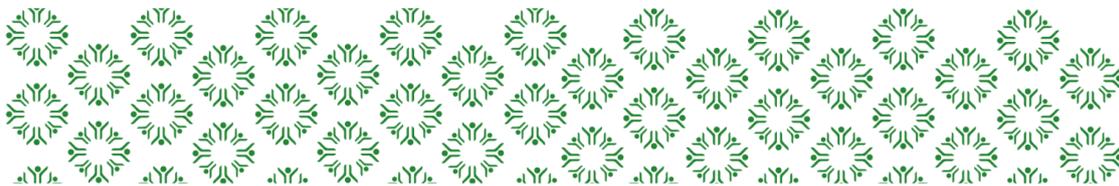


projeto arcaico de educação doméstica e as atribuições profissionais a partir de uma perspectiva revolucionária é desigual.

Os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Serviço Social colocam todos/as os/as assistentes sociais diante do compromisso com a justiça e equidade, com a luta pelos direitos de cidadania e pela socialização da riqueza socialmente produzida, o que no Brasil pressupõe a socialização da terra numa ampla e massiva política pública de reforma agrária (CFESS, 2012). Partindo dos princípios do Código de Ética, o Serviço Social, compreende a luta camponesa como uma pauta essencial e urgente, razão esta que faz sua atuação junto às diversas expressões da questão social, entendendo, “[...] que é a configuração perversa dada pela luta de classe no Brasil o fundamento da questão social, a qual impõe aos/às trabalhadores/as deste país uma situação de extrema precarização da vida e do trabalho” (CFESS, 2012, p. 2).

Esse processo resulta no agravamento das condições vivenciadas pela população atendida pelas políticas públicas, especialmente as sociais. O Serviço Social entende – ou deveria entender a partir da Teoria Social Crítica – que a defesa dos direitos humanos, da equidade e da justiça social passa necessariamente pelo acesso à terra via luta camponesa.

É preciso pontuar também que o Serviço Social, embora considerável histórico de se repensar metodológica e criticamente, não vive essas contradições apenas na extensão rural. Está bem descrito em Netto (2018), Iamamoto (2013) e Yazbek (2009) como esses dilemas se proliferam com a “nova ordem” imposta pela ofensiva neoliberal, fazendo em muitos contextos reemergir um Serviço Social de abordagem tradicional, assistencialista, fatalista e messiânico. A intensa combinação de privatização e focalização das políticas sociais, refilantropização da assistência e forma das repostas para as novas configurações das expressões da Questão Social são o fio condutor no neoliberalismo (YAZBEK, 2009). Mas na extensão rural, e é aqui que está o ponto nevrálgico dessa retomada histórica, esse retorno ao conservadorismo não é, necessariamente, um retorno. Nesse espaço socio-ocupacional específico dos desvios



do Projeto Ético Político do Serviço Social⁹ não são resultados exclusivos das contradições institucionais gestadas pelo neoliberalismo, que permeia todas as esferas do planejamento e gestão pública¹⁰. Nele, a abordagem conservadora, o desvio do Projeto Ético Político e a atuação para além das atribuições profissionais dos assistentes sociais, resulta da ainda forte influência ideológica que a Pedagogia do Doméstico exerce nas instituições de ATER. É a partir desse vórtice que uma “nova área de bem-estar social” se configura, apoiando-se em um cabedal de formações diverso, mas ainda assim constituindo-se dialeticamente como um sintoma mórbido do fracasso da extensão rural redesenhada e a partir de suas potencialidades de reordenamento.

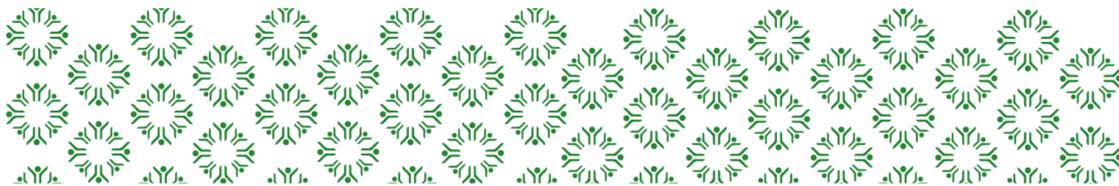
De sintoma à potencialidade: prognóstico, diagnóstico e possibilidades

A “área de bem-estar” social na extensão rural pós-1990, portanto, se revela como sintoma de um projeto que não só logrou poucos êxitos, como também demonstra claros sinais de esgotamento. Sua configuração das últimas duas décadas, recorrendo outros perfis profissionais sem necessariamente romper com a herança da educação doméstica – incluindo aqui o Serviço Social - desvela o fracasso de um projeto.

As vertentes pós-freireanas que invadiram a extensão rural não foram suficientes para coadunar em um novo projeto, restando apenas sua função retórica (CALLOU, 2006). Mesmo aquela que teve maior fôlego, considerando aqui a vertente que está objetivada na PNATER, parece ter fracassado na operacionalização, no rompimento com o difusionismo-produtivista e na construção de um humanismo crítico (AMARAL JUNIOR, 2022). A extensão rural se tornou, portanto, um projeto educacional puramente retórico, que não tem formas objetivas de se concretizar pelas vias pretéritas, ao passo que também não encontra os meios objetivos de promover as

⁹ Sobre o Projeto Ético Político do Serviço Social, ver Teixeira e Braz (2009). Entende-se aqui que, por mais que o objetivo do artigo não seja construir uma análise crítica do Projeto Ético-Político e proceder com uma crítica endógena, que levantar os marcos que orientam a formação e intervenção profissional hoje contrastando-os com os espaços socio-ocupacionais da extensão rural ajuda a entender como os assistentes sociais têm sido recrutados a partir de um projeto anacrônico de educação rural doméstica, o que, de muitas maneiras, favorece um retorno à atuação conservadora.

¹⁰ Sobre isso, ver Baptista (2003) e Bordin (2018).



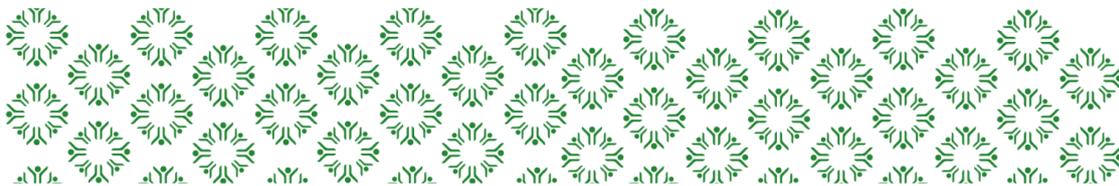
mudanças necessárias para o que propõe. A “área de bem-estar social”, ainda mais enraizada em um passado da gênese extensionista, revela que não há muito de inovador mesmo naquilo que é apresentado como inovação.

Acrescente-se ainda que, na medida em que se aproximou dos distintos atores e instituições, ampliou seu público de abrangência e aderiu às políticas sociais focalizadas para lidar com as expressões da Questão Social. A “área de bem-estar social” extensionista dividiu-se entre o passado da educação doméstica “maquiada” e a operacionalização de políticas públicas alicerçadas em categorias e conceitos fracos e criticamente estéreis. Proliferaram os projetos de ATER que buscam a pluriatividade e a promoção da inclusão e da cidadania conforme orientações teórico-metodológicas das agências multilaterais internacionais, das empresas privadas e de estratos conservadores do terceiro setor.

Silliprandi (2002), integrando o influente grupo de extensionistas do Rio Grande do Sul que guiaram a condução da PNATER, já demonstrava àquela época que a “área social” não tendia a se reestruturar pela via inovadora. A autora destaca, por exemplo, que o plano de trabalho para a área deveria basear-se na promoção social e cidadania, na educação e promoção de saúde, na segurança e soberania alimentar, na geração de renda e na gestão ambiental. Temas que, como os anos seguintes demonstraram em alguns exemplos pelo país¹¹, se desdobraram massivamente na perspectiva conservadora, sem rompimentos teóricos expressivos com as práticas extensionistas do passado.

Mesmo naqueles casos em que a análise crítica aparece com mais veemência, como no trabalho de Lusa (2013), pode-se notar a influência de uma perspectiva romantizada da pluriatividade que remete às “múltiplas ruralidades”, revelando um campo da diversidade sem o conflito, e um cenário de atuação ao assistente social na extensão rural que, embora com problemas, pode ser convertido em positivo se construído em torno de poucos e fracos elementos, como a habilidade que o profissional

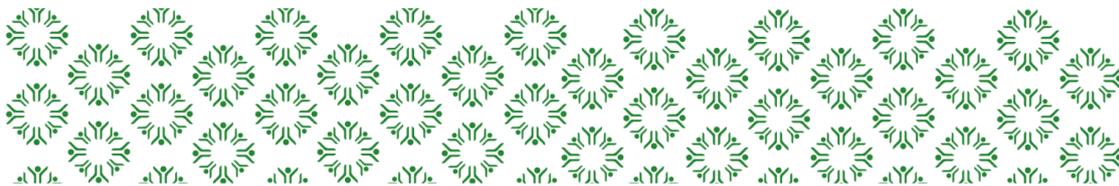
¹¹ O caso do estado do Paraná está bem demonstrado em Amaral Junior (2020a, 2020b, 2021) e Becher (2021). Exemplos do estado do Tocantins podem ser vistos em Monte (2019). Exemplos mais generalistas podem ser encontrados em Favero e Sarriera (2009), Landini (2015) e Silveira e Balem (2004).



– nesse caso referindo-se aos assistentes sociais – tem em conduzir Diagnósticos Rápidos Participativos (DRPs). Isso demonstra que, entendida teoricamente de forma pouco elaborada e quase sempre pendendo mais ao “senso comum” do que aos saberes mais elaborados sobre a sociedade, a “área de bem-estar social”, mesmo nos pontos em que é vista pelas suas fragilidades e faltas históricas, quase sempre desemboca em projetos teoricamente enfraquecidos, metodologicamente brandos e de operacionalização tradicional dentro da prática extensionista.

A “área de bem-estar social” adentrou os anos 2000 refazendo percursos teóricos de forma puramente retórica e aparente, como foi o caso do deslocamento da família enquanto objeto de suas ações, que passou a figurar um lugar pretensamente central, mas operacionalmente se reflete em simples segmentação do velho público segundo novas categorias, social e academicamente mais aceitas (AMARAL JUNIOR, 2020b). A área pode ser lida como sintoma de uma falta, de um projeto em declínio e de tentativas ineficazes de dar novo rumo ao que a extensão rural tentou – repetidas vezes – entender como seu público, como os fenômenos sociais prioritários para sua intervenção e sua forma de atuação. Sua conformação atual aponta, em quase todas as direções, para uma diversificação de público que se fez problemática, para a contradição dos múltiplos atores e parceiros que integram a extensão rural atual e para a repetida ineficiência de lidar com os fenômenos do rural sob os quais se debruça.

A PNATER acentua essas contradições, na medida em que não só oficializa a agricultura familiar como categoria central do fazer extensionista, como também inclui uma diversidade de públicos especiais, como povos indígenas, assentados da reforma agrária, pescadores, quilombolas, extrativistas, dentre outros, o que resulta em maior exposição do despreparo metodológico das agências de ATER em cumprir o que está previsto na política. A segmentação do público adotada nas agências segue categorias genéricas e esvaziadas de sentido político, o que pode ser observado na multiplicidade de projetos mais recentes que buscam lidar com os jovens e mulheres rurais (AMARAL JUNIOR, 2020b). Fala-se de mulher, sem discutir gênero, por meio de uma perspectiva puramente “empreendedora”. Aborda-se a juventude sem trazer ao debate as questões centrais intergeracionais, das redes de apoio, do avanço do capitalismo sobre o campo

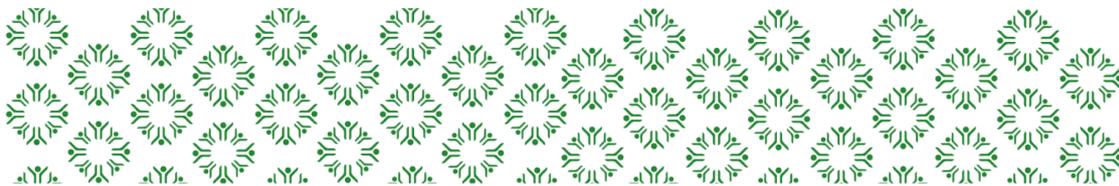


e das múltiplas formas de resistência que os sujeitos do rural têm utilizado para garantir aquilo que chamam muito largamente de “sucessão no campo”. A influência pós-moderna na leitura dos fenômenos sociais pós-1970 ajuda na formação desse caos peculiar pois, como demonstra Siqueira (2013), alimenta os discursos da “promoção da cidadania”, de investimento no “capital humano” e de “empoderamento dos pobres”. Discursos que adentram sem resistência as práticas extensionistas esterilizando ainda mais uma visão de mundo já historicamente empobrecida pelo funcionalismo.

O cenário geral aponta para que a ausência de especificidade da extensão rural, somando-se a formação histórica de uma “área social” secundarizada e tratada como “anexo moral” da prática de cunho técnico, ocasiona conflitos em que uma dupla negação ocorre para o fazer extensionista: o “extensionista social” desprende-se de suas formações profissionais, não encontrando reverberação em quase nada daquilo que constitui o currículo dos cursos superiores frequentemente demandados – caso do Serviço Social – ao passo que, ao mesmo tempo, as demandas institucionais encontram claros limites nesse conflito, visto que “a tipificação padrão do extensionista social” e as reais atribuições dos profissionais contratados para cumprimento desse papel entram, quase sempre, em um campo conflituoso ao ponto de se anularem mutuamente.

Disso resulta, conforme argumentado em Amaral Junior (2021), uma prática profissional que carece de um projeto unificado, impossibilitada de se realizar para longe da multiplicidade de processos de trabalho sobre os quais se constrói uma noção de “fazer social na extensão rural”.

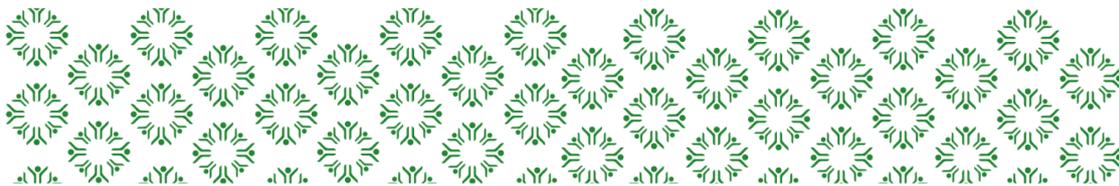
Mas diante de um prognóstico e diagnóstico tão desanimadores, resta alguma possibilidade de a extensão rural, especificamente tratando-se da “área de bem-estar social”, reverter esse cenário histórico? Mais uma vez demonstrando a dialética do processo, acreditamos que sim. Os mesmos eventos que resultaram na problemática relatada, abrem espaço para mudanças que podem se converter beneficentemente em torno de uma extensão rural mais eficaz e inovadora, mas principalmente em benefício dos sujeitos do campo que necessitam dessa política pública. Iniciamos reforçando que, conforme está demonstrado em Alves e Amaral Junior (2022), a extensão rural sempre foi, desde os anos 1950, uma das poucas e abrangentes políticas públicas destinadas ao



campo, englobando uma capilaridade que muitas políticas não conseguem, mesmo com recursos elevados, assumir.

Conforme demonstra Becher (2021), o campo é marcado pela ausência de proteção social, necessitando de um cuidado maior em relação aos estratos urbanos no que tange ao acesso e educação para diversas políticas – sem contar naquelas cuja agenda ainda precisa ser discutida e sua forma legal ainda precisa ser construída com os distintos sujeitos do campo. Disso resulta que a ATER pública é também especialmente importante para os estratos mais pobres e vulneráveis de agricultores, para os quais assistência técnica gratuita ainda é uma necessidade. Uma necessidade que pode ser catalisada exponencialmente se, ao lado da intervenção técnica, a extensão rural preocupar-se em fomentar um conjunto de ações articuladas que direcionem esses sujeitos para as outras políticas, de forma educativa. Aqui, legisla-se pelo abandono da educação doméstica em detrimento de um processo educativo que englobe os sujeitos no reconhecimento dos seus direitos sociais, na construção e acesso às políticas públicas e na formação política dos agentes.

Essa possibilidade foi também aberta pela diversificação de públicos que a própria PNATER promoveu. Agora atendendo uma diversidade maior de sujeitos do campo, abre-se a possibilidade de entender criticamente a formação socio-histórica de cada um deles, pensando estratégias de intervenção que sejam contextualmente mais adequadas, e não necessariamente atreladas somente à perspectiva modernizadora do rural, pela via do *agrobusiness*. A ATER pública, que durante o período da Ditadura Militar cresceu e formatou seus serviços em torno dos médios e grandes produtores, lidando sempre com um agricultor capitalizado, agora tem que, lentamente, incorporar os estratos mais subalternizados de camponeses, agricultores familiares, trabalhadores do campo e excluídos no geral do processo de produção agrário. Se essa aproximação conseguir extirpar-se de uma perspectiva teórico-metodológica esterilizada, abre-se um leque de oportunidades de se constituir um agente do Estado especializado em diagnósticos, construções de políticas públicas e leituras dos fenômenos sociais do campo. Mas, destacamos, que é necessário mais que vontade política e elementos retóricos: é preciso investimento teórico e metodológico na formação desses agentes,

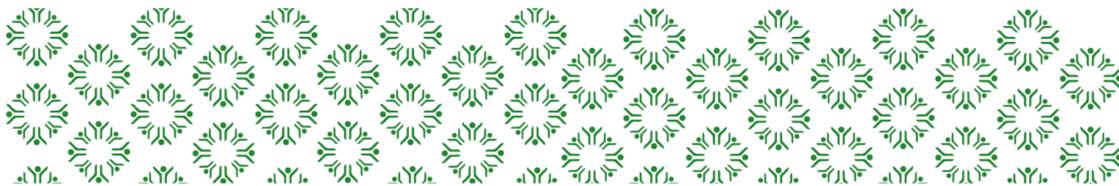


refletindo assim na relação com as próprias demandas do Estado (capacitação contínua dos extensionistas, sensibilidade das secretarias estaduais e dos servidores que ocupam cargos comissionados na estrutura estatal).

Deve-se somar ainda a esses elementos o fato de que a ATER privada e aquela ofertada pelo terceiro setor, como demonstra Dias (2007), inovaram-se e ampliaram-se com maior agilidade do que a pública. Disso resulta que, estratos mais capitalizados de agricultores e sujeitos do campo foram, estrategicamente, abandonando a extensão rural pública. Portanto, por força maior e das circunstâncias, a extensão rural tem que, cada vez mais, lidar com os estratos mais vulneráveis e subalternizados do campo, tendo que reformular e reavaliar suas estratégias de atuação. A própria conformação de programas como o PRONAF e das políticas agrárias enquanto políticas sociais focalizadas na “erradicação da pobreza” alimenta essa mudança, direcionando a “área social” cada vez mais para um público em que a maior parte de suas “múltiplas ações” do passado não faria o menor sentido.

Por outro lado, um projeto de educação doméstica só pode prosperar nesses estratos se converter-se drasticamente ao assistencialismo normatizador e higienista, ainda assim se utilizar-se de transferências de recursos e outras estratégias mais eficazes do que aquelas empregadas décadas atrás. Nesse ponto, acreditamos, a defesa dos profissionais imbuídos no fazer extensionista por uma prática com sentido ético-político é fundamental, para garantir que essa conversão não ocorra. Aqui lembramos de Barroco (2008) e sua defesa da ética enquanto instrumento balizador da transformação social, orientando os agentes na construção de um devir que tenha, de fato, centro na classe trabalhadora. Os profissionais da área devem, portanto, atentar-se às contradições históricas da extensão rural, às demandas conservadoras institucionais e do Estado, além de discutir constantemente o sentido ético e político de sua prática.

Só a reflexão crítica em torno desses elementos pode impedir o avanço de uma educação doméstica conservadora, e acreditamos que o cenário pós-1990 modificou-se expressivamente a ponto de favorecer uma resistência dentro da ATER pública. E aqui citamos a substituição dos economistas domésticos por profissionais com formação mais crítica como ganho peculiar desse período que, potencialmente, pode fazer ser

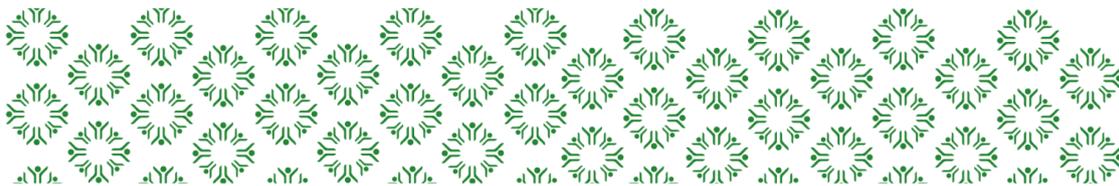


abandonado qualquer projeto de educação doméstica higienista e normatizadora. Mas, afastando-se do otimismo exagerado, é preciso cuidado com aquilo que está destacado em Amaral Junior (2021): a possibilidade também dos influxos teórico-metodológicos da Economia Doméstica sobre as demais formações, incluindo aqui o Serviço Social.

Considerações finais

A “área social” da extensão rural, analisada a partir das contingências históricas de sua determinação, aponta para a evocação constante de um projeto original que é a-histórico, acrítico e apartado da reestruturação da política pública”, enquanto, garantidora de direitos humanos e sociais envolvendo os seus sujeitos. Sua forma objetiva analisada, a educação rural doméstica, carrega a força de um projeto societário funcionalista, segundo os moldes estadunidenses da segunda metade do século XX. Assim, diversas profissões são recrutadas, ainda atualmente, a integrar equipes extensionistas segundo essas premissas, com destaque especial para os assistentes sociais. Esses, ao que tudo indica, demandados a partir de um projeto interventivo obsoleto, que não abre ao horizonte do agir profissional possibilidades concretas de reestruturação enquanto política pública, e constantemente se adequa a partir de um modelo profissional anacrônico – a Economia Doméstica – para um projeto igualmente ultrapassado. Olhar especificamente para como o Serviço Social atende a essa demanda na extensão rural nos auxilia a entender o cenário contraditório que se desdobra do particular ao geral. É a Pedagogia do Doméstico ganhando novas formas segundo as mudanças da política pública de ATER nos últimos anos, ao passo de que também reordena e remodela os distintos campos disciplinares e profissionais imbuídos de sua ideia pedagógica central.

Entende-se, portanto, que há um cenário repleto de desafios por trás do prognóstico complexo da extensão rural pública. No entanto, as potencialidades só podem se desenvolver plenamente com um processo de mudança que envolve três atores centrais: os agentes extensionistas, os representantes legais que conduzem o aparelho estatal e os distintos públicos da ATER. Esses três agentes, imbuídos de compromisso ético-político e reflexão crítica constante, podem dar cabo de findar a



reprodução de uma educação doméstica conservadora, reestruturando a “área de bem-estar social” em torno de algo que, efetivamente, atenda aos anseios daqueles sujeitos do campo que mais necessitam da política pública.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ALVES, Ana Elizabeth Santos; AMARAL JUNIOR, José Carlos do. Trabalho-educação: extensão rural, modos de vida e a escola. *In*: ALVES, Ana Elizabeth Santos; TIRIBA, Lia. **Cios da terra: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo**. Uberlândia: Editora Navegando, 2022. p. 111–128.

AMARAL JUNIOR, José Carlos do. **A pedagogia do doméstico: uma memória apreendida da síntese dialética entre Economia Doméstica e Extensão Rural**. 2020. Tese (Doutorado em Memória) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020a.

AMARAL JUNIOR, José Carlos do. Economia doméstica e serviço social: análise das contingências históricas de uma aproximação. **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 5, n. 1, p. 179–193, 2021. DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp.202112>

AMARAL JUNIOR, José Carlos do. **Questão agrária, questão social e extensão rural**. São Paulo: PerSe, 2022.

AMARAL JUNIOR, José Carlos do. Questões teórico-metodológicas para o “trabalho social” na extensão rural: desafios para economistas domésticos e assistentes sociais. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 262–283, 2020b. DOI: <https://doi.org/10.31423/oikos.v30i2.9302>

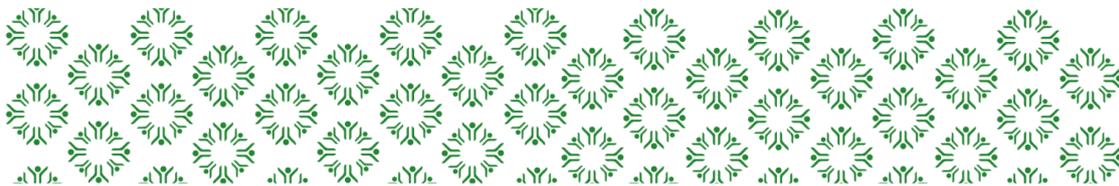
AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2003.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BECHER, Caroline. **A política agrária no Brasil: uma análise sobre o alcance da proteção social no campo**. 2021. Tese (Doutorado em Política Social e Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

BORDIN, Erica Bomfim. **Planejamento em serviço social**. Curitiba: Intersaberes, 2018.



CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão rural**: polissemia e resistência. Fortaleza: SOBER, 2006.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Terra para nossa liberdade**. Brasília, DF: CFESS, abr. 2012. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_lutacamponesa_SITE.pdf. Acesso em: 2 abr. 2022.

DIAS, Marcelo Miná. As mudanças de direcionamento da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER) face ao difusionismo. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 11–21, 2007.

FAVERO, Eveline; SARRIERA, Jorge Castellá Sarriera. Extensão rural e intervenção: velhas questões e novos desafios para os profissionais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1–16, 2009. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v12n1/a02v12n1.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.

FONSECA, Maria Teresa Lousa. **A extensão rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LANDINI, Fernando Pablo. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 45, n. 2, p. 371–377, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20140598>

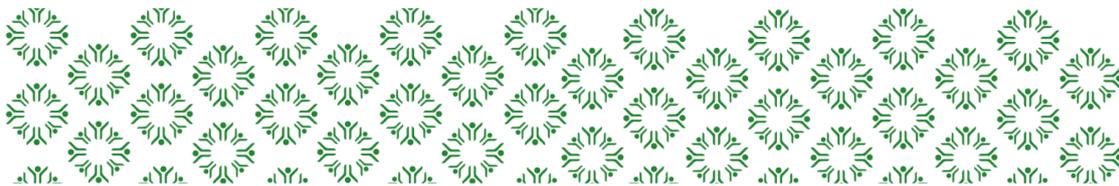
LOPES, Maria de Fátima. **O sorriso da paineira**: construção de gênero em uma Universidade Rural. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

LUSA, Mailiz Garibotti. Política nacional de assistência técnica e extensão rural e serviço social: o campo como desafio. **Cadernos Ceru**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 115–135, 2013.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **A reforma agrária à brasileira**: política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.

MONTE, Carina Géssika Irineu do. **Economia doméstica**: atuação profissional em assistência técnica e extensão rural na perspectiva de gênero. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2018.



PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Brasília, DF: Consultoria Legislativa, 2008. Textos para Discussão 48. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/136891>. Acesso em: 5 jul. 2023.

PINHEIRO, Camila Fernandes. **Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2038.pdf>. Acesso em: 5 de jul. 2023.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, 1997. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/81227/1/Conceito-de-seletividade.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2023.

SEPULCRI, Odilio; PAULA, Nilson Maciel de. O Estado e seus impactos na EMATER-PR. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 114, p. 87–110, 2008. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/14/15>. Acesso em: 5 jul. 2023.

SILLIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o “social” na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 38–48, 2002. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/desafios_para_a_extensao_rural.pdf. Acesso em: 5 jun. 2023.

SILVEIRA, P. R. C.; BALEM, Tatiana Aparecida. Formação profissional e extensão rural: a incapacidade da superação do modelo agrícola. In: *ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO*, 6., 2004, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo O. **O projeto ético-político do Serviço Social**. Belém: CFESS, 2009.

UNITED STATES. Congress Of United States of America. **Morrill Act**. Washington, DC: Congress of United States of America, 1862.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

Recebido em: 07/12/2022

Aceito em: 13/07/2023